

GOVERNANÇA E COOPERATIVISMO

*** Roberto Rodrigues**

No importante Summit Mundial de cooperativismo realizado em Québec – Canadá – na segunda semana de outubro ficou evidente o crescimento da participação do movimento em todas as atividades econômicas, sociais e culturais de maior destaque em qualquer país. A declaração da ONU – estabelecendo o ano de 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas – realmente deflagrou um poderoso aumento desta participação, sob os auspícios da Aliança Cooperativa Internacional, que montou um projeto baseado em três premissas:

1. Ampliar o número de cooperativas e de cooperados em todos os ramos conhecidos;
2. Propugnar por legislações nacionais que garantam em cada país as condições de desenvolvimento das cooperativas;
3. Buscar fundos que sustentem toda essa movimentação, especialmente no que diz respeito à formação de recursos humanos.

Por trás disso tudo, além do farol da ONU, está o sétimo princípio da cooperação estabelecido no Congresso Centenário da ACI em Manchester – Inglaterra – em 1995, que estabeleceu uma nova preocupação de cada cooperativa, para além da sua função natural de prestar serviços que permitam o avanço social dos cooperados através de seu progresso econômico: o da responsabilidade da cooperativa para com a comunidade onde estiver inserida, sob o conceito de que não adianta um núcleo de pessoas felizes com o resultado do trabalho associativo se seus vizinhos forem infelizes.

E há algo ainda mais notável na mesma direção. Trata-se de um crescente desejo dos cidadãos de todos os quadrantes de participar cada vez mais da governança: com o maior grau de instrução recebido pelas populações, elas passam a cobrar mais de seus governantes. Não aceitam mais pacificamente os recorrentes problemas de inadequação na saúde pública, na educação, na habitação, na segurança e no transporte, entre outros temas. Não admitem mais a corrupção como se fosse inerente ao poder. Querem melhorias, exigem isso dos governos.

Com o empoderamento das redes sociais, todo cidadão acha que pode influir na governança. Aperta um botão de seu computador e pronto: deu sua opinião. Mas, como resultados concretos não aparecem, acaba se irritando e indo para a rua se manifestar, como foi no Occupy Wall Street ou nos movimentos de junho de 2013 em todo Brasil. Houve casos de resultados espetaculares, como a queda dos ditadores do Egito e da Líbia.

O problema é que este tipo de demonstração nem sempre tem foco: são temas díspares e difusos, sem chefia estabelecida, de modo que podem propiciar o surgimento de líderes totalitários ou anarquistas que reduziriam o alcance da democracia.

E tal disfunção – a vontade de participar associada a resultados nem sempre satisfatórios e ao risco da erosão da democracia – abre uma oportunidade extraordinária ao cooperativismo: ser a doutrina que estabeleça rumos globais a partir de seus princípios aceitos universalmente. Afinal, existe um bilhão de cooperativistas em todo o mundo que, com seus dependentes e agregados, representam mais da metade da população do planeta.

E o movimento está piramidalmente organizado desde a sede da ACI em Bruxelas até qualquer rincão onde o braço de uma cooperativa alcance.

No Brasil, não deixamos por menos. Já temos 6,8 mil cooperativas com 11,5 milhões de cooperados (com um crescimento de 87,9% nos últimos dez anos), gerando 340 mil empregos formais (mais 83,2% no mesmo período). O cooperativismo de crédito foi o que mais cresceu (tem 5,7 milhões de cooperados) e segue se expandindo, seguido pelo de consumo (2,8 milhões de cooperados) e pelo agropecuário (1 milhão). Mas este último ainda é o mais importante social e economicamente porque mais de 80% dos cooperados são pequenos e médios produtores e já responde por 48% da produção agropecuária nacional, um número espetacular!

Do Canadá ao Brasil, da Costa Rica ao Japão, o movimento exerce um notável papel na inclusão social. E pode fazê-lo também na melhoria da governança, defendendo a democracia.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)**